

A ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA E OS DISCURSOS EDUCATIVOS SOBRE UM PRÉDIO QUE JÁ NASCEU DOENTE

Azemar dos Santos Soares Júnior [*]

Luiz Felipe Soares de Lima [**]

[*] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0015-415X>

E-mail: azemarsouares@hotmail.com

[**] Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0315-8156>

E-mail: felipesouares013@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar como a materialidade do espaço escolar interferiu na prática educacional da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nos primeiros anos do vigésimo século. Esta instituição se expandiu pelo Brasil, ainda no Império, com a tarefa de formar crianças pobres e desvalidas em marinheiros. Enquanto colégio interno, ofereceu um cotidiano disciplinar, proporcionando ensino elementar, náutico e físico responsável por adestrar os corpos dos aprendizes. Metodologicamente, utilizamos a *análise do discurso* a partir de Michel Foucault (2014), na intenção de perceber as vontades de verdade contidas nos escritos sobre a referida escola. Para tanto, analisamos o *Livro de Copiador de Ofício (1908-1912)*, que continha queixas elaboradas pelo comando da escola sobre a ausência de acomodações e um ambiente satisfatório para as práticas educativas. Nos apropriamos das categorias de *disciplina* de Michel Foucault (2018) e de *espaço-escola* de Agustín Escolano (1998), para compreendermos as limitações do edifício escolar e de sua localização. Conclui-se que a referida instituição procurou caminhos para melhorias em suas instalações e adaptou seus métodos de ensino de acordo com a realidade vigente, almejando a formação de marinheiros em funcionamento.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Marinheiros. Edifício escolar. Disciplina.

INTRODUÇÃO

Em meados do mês de dezembro de 1909, o Tenente Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, o Sr. Raul Quadros¹, expediu um minucioso relatório que se dirigiu diretamente à Inspeção da Marinha Nacional, com o objetivo de apresentar-lhe as ocorrências que se deram naquele estabelecimento durante o ano corrente. Quadros, de imediato, lembrou ao Contra Almirante Inspetor que ao receber o comando escolar do então Capitão Agostinho de Souza e Mello², já encontrara os aprendizes aquartelados em um prédio alugado, que por sinal estava em franca ruína, mas que devido à falta quase que completa de edifícios que comportasse satisfatoriamente cerca de cem rapazes, permaneciam ali, confinados e espremidos à espera da tão sonhada sede própria. Mal sabiam eles que embora em construção, o novo edifício escolar não sairia como esperado, e que muito menos uma fuga apressada das instalações esqueléticas que habitavam solucionaria definitivamente os problemas. O que se veria a seguir era o nascimento de um prédio tão insalubre quanto o anterior, pálido de tão enfermo, produto gestado por um “engenheiro” fujão e sucessivos atrasos na entrega, resultando em mais um ambiente adverso a principal missão daquela escola: formar corpos saudáveis e úteis para as fileiras da armada.

Tentar compreender como uma arquitetura e geografia pouco adequadas para o desenvolvimento físico e intelectual de crianças impacta nas práticas educativas da dada instituição educacional durante os primeiros anos do vigésimo século é nosso objetivo neste texto. É importante salientar que a rede de Escolas de Aprendizes Marinheiros é composta de instituições que emergiram ainda no Império brasileiro, inicialmente como Companhias fixas da Marinha, por meio do Decreto nº 42, de 15 de outubro de 1836, e tiveram como principal interesse recolher a infância desvalida da sociedade brasileira, isto é, jovens, que até então estavam fadados à pobreza e ao abandono social, e dar-lhe formação náutica e elementar, pavimentando um caminho para tornar seus corpos dóceis e úteis, nas palavras de Michel Foucault (2018) prontos para as fileiras da Marinha Nacional.

¹ Capitão Tenente que esteve no comando da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre os anos de 1908 e 1909.

² Capitão Tenente que esteve à frente da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre os anos de 1907 e 1908.

Em relação à unidade da Paraíba, nos chama atenção Thaís Santos e Azemar Soares Júnior (2019, p.53-54), que sua fundação foi um pouco mais recente. No início da década de 1870, o Decreto nº 4.680, de 17 de janeiro de 1871 instituiu a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Parahyba do Norte, em uma província cujos conflitos sociais do passado ainda assustavam os governantes. Atentos em conter a crescente desorganização social que se instalava nas zonas urbanas, o poder público passou a defender políticas de adestramento para a sociedade, algo que poderia ser posto em prática através de escolas com este perfil espalhadas pelas províncias. Os principais desafios imediatos à sua instalação na Parahyba giraram em torno de arregimentar aprendizes e conquistar um prédio próprio para sua sede. Já no ano de 1885, a Marinha do Brasil baixou um novo Decreto, de nº 9.371, de 14 de fevereiro, o qual fomentou mais uma série de mudanças no formato da rede. As modificações se deram em torno das nomenclaturas das Companhias, que passariam a serem chamadas Escolas, tornando ainda mais evidente o interesse do Estado Imperial de formar não só profissionais, mas homens letrados, e unificação de algumas instituições, como foi o caso da Escola do Rio Grande do Norte que ao ser abolida, teve seu recurso humano absorvido pela unidade paraibana.

Com o propósito de operar em formato de colégio interno, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba foi batizada pelo número 5 e após alguns anos funcionando no Porto do Capim, às margens do Rio Sanhauá, a instituição foi transferida para o Convento Franciscano, instalada numa parte da capital chamada de Cidade Alta, onde permaneceu até o ano de 1890. Da última década do oitocentos até o ano de 1908, a referida escola assentou praça em diversos prédios alugados, até que no ano de 1909 iniciou sua mudança para o edifício próprio construído na praia de Tambaú, local, à época, distante aproximadamente de sete a oito quilômetros do centro da cidade da Parahyba (RODRIGUES, 1962, p. 149).

É justamente nesse cenário, que a escola se consolidou na praia de Tambaú, inicialmente em um prédio alugado, e mais adiante em sede própria, que decidimos privilegiar nossos esforços de pesquisa. A riqueza dos enunciados presentes nos registros remanescentes, assim como a ausência quase que completa de investigações que se debruçam sobre a documentação de tal unidade, logo se revelaram os principais estímulos para a proposta de estudo. Sendo assim, ainda chamamos atenção para o fato de que as fontes documentais foram consultadas na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente na Ilha das Cobras, local que assenta o Arquivo da Marinha do Brasil e que guarda os registros referentes a essas instituições.

Metodologicamente, utilizamos a *análise do discurso* a partir dos moldes propostos por Michel Foucault (2014), que alega ser o discurso “a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”. Nesse sentido, o discurso nada mais é do que um jogo: de escritura, no primeiro caso; de leitura, no segundo; de troca no terceiro. Essa troca, essa leitura e essa escritura não põem em jogo senão os signos, fazendo com que o discurso se anule, assim, em sua realidade, colocando-se na ordem do significante. Noutras palavras, as inscrições contidas na documentação da escola de formação de marinheiros se configuram como discursos que nasceram sobre um dado acontecimento, com vontade de verdade. Coube aos historiadores, se debruçar sobre tais discursos e elaborar a partir de suas subjetividades outra ordem discursiva.

Sem deixarmos de considerar a vastidão da documentação, que concentra fontes relativas a mais de meio século de atividades escolares, selecionamos para problematizar nesse texto o Livro de Copiador de Ofício (1908-1912). Tal documento é interessante, pois além de se revelar um registro bastante completo em informações, apresentando inúmeros escrituras referentes ao cotidiano administrativo da agremiação, como relatórios, ofícios, termos e mapas produzidos por indivíduos que deixaram vestígios da realidade de outrora, denuncia, através de diferentes personagens, as enormes dificuldades que essa instituição teve para superar as condições pouco propícias, de arquitetura e higiene, que os prédios nos quais se aquartelou, durante anos a fio, apresentaram. Diante do apresentado, para melhor problematizar o objetivo proposto desse texto, dialogamos com as categorias de *disciplina*, de Michel Foucault (2018) e de *espaço-escola*, de Agustín Escolano (1998).

ENTRE TERRENOS HORRÍVEIS E PRÉDIOS ARRUINADOS: A ESTADIA DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS NA PRAIA DE TAMBAÚ

As comunicações estabelecidas entre o comando da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba e o Ministério da Marinha, nas duas primeiras décadas do século XX, revelam com riqueza de detalhes os modos como a materialidade do espaço escolar interferiu no cotidiano do corpo escolar daquela agremiação. Ao todo, dentro do aparato documental, identificamos fontes variadas, mas preferimos privilegiar informações de dois relatórios semestrais que foram enviados à Inspeção Nacional e que buscavam delimitar a situação da escola nos períodos referentes aos anos de 1909 e 1910, oferecendo relatos passíveis de análise. No primeiro, que ganha destaque na introdução desse texto, o comandante da unidade procurou enfatizar o quanto

a lentidão das obras na nova sede perpetuou dificuldades, ao manter os aprendizes confinados em um edifício particular que nunca iria satisfazer os fins propostos sem que mais despesas fossem acometidas.

O Tenente Comandante da unidade à época, o Sr. Raul Quadros, explicou que durante os primeiros seis meses do ano de 1909, o estado sanitário da escola não foi dos piores, entretanto, com as primeiras chuvas que comumente se sucediam naquele lugar, não demorou muito para que diversas doenças atingissem os aprendizes, forçando a instituição a pedir autorização para a mudança de prédio que, por fim, foi dada como impossível por não dispor de um outro espaço minimamente adequado para comportar aqueles jovens. A solução encontrada foi inusitada: dar início a uma mudança provisória de aquartelamento, já no dia 5 de novembro do mesmo ano, para o edifício próprio em fase de construção que funcionaria como sede da escola, na mesma Praia de Tambaú, já que aparentemente estava próximo de seu término e possuía alguma condição de receber os aprendizes.

Mas ao que parece, o que era um sonho até então, logo se tornou um novo pesadelo. Aproximadamente um ano após a mudança improvisada e seis meses da finalização do prédio, que se deu por volta de agosto de 1910, em primeiro de janeiro de 1911 um novo relatório foi enviado à Inspeção da Marinha, no qual o empossado Tenente Immediato da Escola, Mário de Avellar Nazareth³, alertou quanto à “[...] infelicidade que presidiu a escolha daquele espaço para a construção do prédio em virtude de sua terrível localização” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1911). A sede própria em Tambaú se mostrou um espaço extremamente suscetível a emergências epidêmicas, visto ser constantemente descrita como um local cercado de pântanos, doente e muito inclinado a causar terríveis febres aos aprendizes.

Somado a isso, existiam carências das mais diversas ordens, principalmente materiais. O ambiente fora constantemente apontado como apertado e mal iluminado. O problema com a iluminação só seria pautado e parcialmente resolvido no ano de 1912, quando a instituição recebeu as primeiras instalações elétricas em suas imediações que, mesmo assim, não supriam a demanda de todos os cômodos. Já o espaço reduzido sempre foi um desafio pouco propício a ser superado, dada a falta completa de prédios suficientemente apropriados na cidade da Parahyba, gerando discussões quanto aos possíveis caminhos para um aquartelamento menos danoso à

³ Foi o Segundo Tenente Immediato da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, ocupando o cargo entre os anos de 1909 e 1911. Na hierarquia naval, os dois Immediatos são as maiores autoridades escolares a baixo do Capitão Tenente Comandante.

educação e saúde dos jovens aprendizes. Diante de tal cenário, a documentação nos indica ainda que a falta de cômodos para a enfermaria, a inexistência de farmácia e dormitório para os oficiais foi uma realidade descrita, pelo menos, até a substituição da sede em meados de 1911, funcionando, desde então, em partes improvisadas do edifício em construção que se arruinava a passos largos, antes mesmo de sua finalização.

No entanto, as reivindicações por verbas para adequações necessárias também foram constantes. Nas comunicações entre o comando da escola e autoridades, tais como a Presidência do Estado e Ministério da Marinha, a unidade não poupou tinta ao expor, minuciosamente, os principais problemas encontrados em Tambaú e possíveis soluções cabíveis. Para ilustrarmos isso, podemos utilizar o mesmo Relatório enviado à Inspetoria Nacional no ano 1909, que trata da comunicação do telegrama de 27 de fevereiro do mesmo ano, no qual a direção da escola recorreu à entidade em busca de verbas para substituir os ladrilhos do edifício por mosaicos, assim como fazer algumas dependências que achavam essenciais, tais como a calçada externa, a construção de um refeitório, tanto para os oficiais inferiores quanto para os marinheiros nacionais, adquirir pias para os banheiros e instalar prisões para os menores. Muitas dessas adaptações, informou o comando, não passavam da derrubada e levante de certas paredes mal postas, algo que sugere, justamente, a falta de um planejamento eficiente na construção do prédio.

Além dos transtornos com o recinto escolar, que levam em conta também o atraso para a entrega do resultado final por alegação, inclusive mais de uma vez, de falta de recursos financeiros, o comando ainda destacou reclamações direcionadas ao construtor da sede da escola, que também era diretor da estrada de ferro, o Sr. Ernesto Emílio Kauffman⁴, pelos problemas com o aparelho de transporte, principalmente nos meses mais úmidos. O comandante à frente da instituição até 1910, o Tenente Comandante Raul Quadros, dizia-se convencido que ao aproximar-se o tempo das chuvas, era importante que a estrada de ferro conservasse sempre dois trens diários até a escola, conforme o contrato entre o Governo do estado e o Ministério da Marinha, porém isso não se dava na prática, visto que tal trecho, apesar de se estender até o indicado, não prestava o serviço adequado devido a péssima matéria da qual era produzida a linha férrea, que além de tudo se localizava à beira-mar, e com as marés altas ficava praticamente

⁴ Foi o “engenheiro” contratado para construir a tão esperada sede própria da Escola de Aprendizes Marinheiros paraibana no ano de 1907. Conforme Ferreira e Soares Júnior (2020), também ocupou o cargo de diretor de obras públicas no Liceu Parahybano, Diretor da estrada de ferro Tambaú e Professor no estado da Paraíba.

inutilizável, comprometendo a chegada de pessoas e quaisquer recursos que fossem transportados pela maquinaria à vapor.

Dentre outros problemas manifestados que levam em consideração os fatores de natureza higiênica, também havia os de abastecimento irregular, a má qualidade da água potável e a distância entre a Praia e o centro da cidade da Parahyba, ligados pela estrada de ferro anteriormente descrita, com horários bastante restritos, acabando por fomentar numerosas situações embaraçosas, sobretudo para as práticas educativas e saúde dos menores.

O comando denunciou que durante o ano de 1910, “[...] gastou-se cerca duzentos e cinquenta mil réis com o fornecimento de água potável, com tendência para muito mais” (LIVRO COPIADOR DE OFFICIO, 1910), visto o serviço e qualidade da água deixar muito a desejar, pois “[...] apesar de haver um poço especialmente construído, com cata-vento e caixa d’água, com distribuição para toda Escola, não podemos usá-la senão para banhos, lavagens de roupa e baldeações” (LIVRO COPIADOR DE OFFICIO, 1910). O consumo foi suspenso visto o número elevado de acometidos por diarreia logo após a mudança do prédio particular para a sede própria, o que levou o comando a identificar a água como fator do adoecimento coletivo. Na busca para comprovar a hipótese, descreveram que houve o recolhimento de amostras da água para exames farmacêuticos, ficando comprovado, após a inspeção, o excesso de sais e de matéria orgânica em sua composição. Os registros ainda denunciam uma pequena epidemia de caxumba que se deu no ano anterior, a qual também desapareceu com a supressão dos recursos do referido poço que, por falta de outro, ainda teve sua água provisoriamente consumida.

A ordem do discurso registrada no Livro de Copiador de Ofício (1908-1912), assim como outros registros que fazem parte dessa densa documentação, denunciou a situação de vulnerabilidade higiênica em que se encontrava a instituição naval. Os problemas com o uso de água não potável acabavam por prejudicar a saúde dos aprendizes. Febres, diarreias, caxumba e outras enfermidades se abatiam com certa frequência sobre os corpos dos aprendizes. É importante ressaltar ainda que nesse período a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba contava com um médico escolar, o Sr. Walfredo Guedes Pereira⁵ e um enfermeiro. Esses

⁵ Natural do município de Bananeiras, localizado no brejo paraibano. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1907. Atuou como médico contratado da Escola de Aprendizes Marinheiros logo ao voltar à Paraíba, pelo período de doze anos. Atuou na clínica pediátrica e puericultura. Foi prefeito da capital paraibana entre os anos de 1920 a 1924 tendo sido responsável pela urbanização da cidade, abrindo avenidas e construindo praças e parques. Atuou como chefe do Serviço de Saneamento Rural e presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Faleceu em 24 de março de 1954. (MEDEIROS; LUCAS, 2014, p. 275).

funcionários eram responsáveis pela orientação das normas de higiene, instaurando uma disciplina corporal da saúde. O aparecimento de doenças passou a exigir uma disciplina do olhar, responsável por verificar as possíveis causas de surtos epidêmicos no interior dos muros escolares.

Por outro lado, o transporte também gerava tributos bastante caros a serem pagos, além da própria impossibilidade de se chegar a Tambaú em algumas épocas do ano, notadamente naquelas mais chuvosas. As constantes interrupções na linha férrea, como já mencionado, especialmente em alguns meses do ano, quando a água inundava trechos da estrada de ferro e impedia o único meio de transporte que ligava a região a capital, impactava, por exemplo, na presença dos professores e outros oficiais naquela instituição. Estes, por muitas vezes, foram forçados a chegar atrasados ou mesmo permanecerem na escola durante períodos mais longos de tempo. Houve quem precisasse morar em casas sem estruturas de salubridade nas proximidades da instituição, como aponta o trecho a seguir, retirado do Relatório de Inspeção escrito no ano de 1909:

[...] além deste pessoal oficiais, e referidos que não residem no estabelecimento por falta completa de acomodações [...] já tenho me esforçado com maior economia possível para alojar os praças e inferiores no estabelecimento, porem para ficar completo é preciso construir uma Enfermaria para que as dependências ocupadas por ella sirvão para os inferiores (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1909. Grifos nossos).

Diante da situação apresentada, é possível considerarmos que, pela falta de acomodações suficientes, os oficiais dividiam um espaço apertado e insalubre com dezenas de aquartelados, sendo submetidos ao contato com doenças apenas para cumprir os serviços que foram contratados para prestar. Nos meses mais úmidos, conforme o mapa nosológico da agremiação, enfermidades chegavam a atingir uma média entre 60% e 90% dos indivíduos ali instalados, dentre aprendizes e servidores, o que demonstra emergências epidêmicas preocupantes. Vale ressaltar ainda que a falta de cômodos se deu pela não conclusão do prédio próprio, que levou mais tempo do que o previsto para construção. O pagamento desse serviço foi feito com antecedência ao Sr. Emílio Kaufman, que acabou por fugir com o dinheiro sem concluir a construção (FERREIRA; SOARES JÚNIOR, 2021), o que gerou sérios prejuízos para a unidade.

Os diversos problemas, fossem de infraestrutura e/ou geografia, parte já enumerados aqui, foram usados como justificativas exaustivamente repetidas e levadas a cabo por cada novo comandante, os fazendo solicitar, de forma contundente, cada vez mais verbas para a solução dos problemas e em último caso, a mudança para novos edifícios. Na tentativa de evitar gastos ainda maiores, tentou-se, em todo caso, aperfeiçoar os ambientes com reformas que, no entanto, acabavam por tornar a sede um canteiro de obras perpétuo. Assim, coube a procura incessante por prédios que comportassem os aprendizes com algum conforto, algo que só chegou a se efetivar por volta de 1911, quando um novo edifício, mais especificamente o Antigo Quartel das Forças Policiais do Estado, foi eleito como futura sede escolar.

Atendendo parcialmente as exigências comando e, óbvio, depois de muita negociação com o Presidente do Estado e Ministro da Marinha, a novidade foi ressaltada no primeiro relatório do ano de 1911. Na oportunidade, o Tenente Comandante à época, o Sr. Nelson Peixoto Jurema⁶, tratou de apresentar ao Contra Almirante da Marinha as principais vantagens do novo local, tais como acesso a “[...] água abundante e chrystalina para lavagem de roupa e banho para os aprendizes” (LIVRO COPIADOR DE OFFICIO, 1911), sem esquecer, no entanto, de salientar as adaptações e custos de aluguel que o governo junto ao Ministério passaria a arcar juntos. Para sermos mais exatos, a transferência se deu em boa hora, em meses menos chuvosos cujo trabalho do corpo permitia que numerosas mãos ajudassem na mudança. Por fim, conforme Walfredo Rodriguez (1962, p. 154):

[...] em 2 de julho de 1911, mudou-se de Tambaú, em vista da má construção de seu prédio próprio, a Escola de Aprendizes Marinheiros, para o antigo quartel do Corpo de Segurança, situado na Rua Maciel Pinheiro, em cujo lado direito, encontra-se a Bica do Gravatá.

Perante o que foi apresentado, é possível perceber que a escola se manteve em constante ação para ajustar e, quando possível, substituir sua estrutura material e localidade para evitar que a prática pedagógica adotada, centrada na disciplina e adestramento dos corpos e mentes, fosse comprometida por fatores externos ao seu controle, reconhecendo o papel da materialidade

⁶ Capitão Tenente que esteve no comando da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre os anos de 1911 e 1912.

escolar na subordinação dos sujeitos. Para Michel Foucault (2018), essa estratégia de utilizar o espaço de forma panóptica, isto é, como instrumento de vigilância e dominação, foi uma das formas mais amplamente adotadas por instituições que propunham o poder disciplinar como modelo de dominação sobre os corpos de homens e mulheres, quando

o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2018, p. 133).

Conforme descreve o filósofo, os elementos originários da disciplina não foram invenções inteiras dos séculos XVII e XVIII, afinal tais tecnologias já se apresentavam, mesmo que de forma fragmentada, desde períodos mais remotos da antiguidade. No entanto, apenas com o avançar do “século das luzes”, quando essas ferramentas foram reelaboradas pelas novas técnicas de gestão dos sujeitos, que o sistema adquiriu a capacidade de controle das múltiplas parcelas dos corpos, de forma a maximizar e dar contornos aos efeitos úteis do trabalho. O que se viu aparecer a partir daí, nos hospitais, fábricas, quartéis, por exemplo, é uma enorme atenção à distribuição espacial dos sujeitos, de forma que cada indivíduo tivesse seu lugar e cada lugar, um indivíduo, numa vigilância perpétua de seus comportamentos e atitudes.

Ao estender esta prerrogativa a instituições como as escolas, civis ou militares, Michel Foucault entra em diálogo direto com os apontamentos de Agustín Escolano (1998), que ao se utilizar do conceito de *espaço-escola*, defende que

a arquitetura escolar é por si um programa, uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, com os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para uma aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 96).

Sendo assim, a disposição do espaço educacional se mostra embebido de intencionalidades. Ao propor a discussão, Escolano (1998) nos convidou a refletir sobre o quanto o espaço escolar é uma construção cultural que expressa determinados discursos. Para isso, o próprio autor destaca o papel de Michel Foucault e sua compreensão quanto “a arte de distribuição nos espaços”, ilustrando que, igualmente aos hospitais, fábricas e quartéis, as escolas se apresentam como dispositivos tão seguros e efetivos para o ideal adestramento dos sujeitos e das consciências quanto qualquer outro. Ao enxergarmos esses princípios na rede da Escolas de

Aprendizes Marinheiros, entende-se que a expressão formadora deste tipo de entidade, isto é, o currículo, se manifesta de forma arraigada à normatização e dedicação constante a cada parte da vida dos futuros homens do mar, elegendo os espaços arquitetônicos que os comporta como parte de todo o ordenamento de uma unidade educacional pautada na disciplina e na doce submissão de dezenas de jovens.

Com isso em mente, é cabível admitir que o espaço interferiu e foi usado como parte da pedagogia de uma instituição. No próximo tópico, será possível identificar mais particularmente as práticas educativas voltadas para o ensino profissional e introjeção da disciplina e como tais ações puderam se tornar disfuncionais se confrontadas com um espaço escolar decaído e fragilizado, como é o caso das sedes e localidades em que a escola da Paraíba transitou, forçando o comando a tomar atitudes adaptativas sobre o processo em questão.

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA

De acordo com o que foi esclarecido anteriormente, a modelagem das crianças arregimentadas pela Marinha do Brasil se baseava em um caráter de dupla formação. A educação nas Escolas de Aprendizes Marinheiros funcionou por meio da instrução elementar e profissional, regulamentada em decretos específicos que se interessavam na normatização das práticas pedagógicas nestes ambientes. De todo modo, o que nos chama atenção particularmente são os ensinamentos profissional e de acessórios⁷, que abarcaram tanto a instrução militar, quanto a náutica. Os menores, submetidos a esta instrução deveriam adquirir uma diversidade de habilidades que os permitisse aprender os mistérios relativos à arte do marinheiro, como prescrito nos artigos abaixo, retirados do Decreto n. 6.582, de 1º de agosto de 1907, que regulamentou o novo currículo do ensino profissional e de acessórios das escolas primárias (das quais a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba fazia parte) e escolas-modelo da Marinha:

⁷ Compreendem, respectivamente, os conhecimentos relativos as técnicas e habilidades físicas promovidas na formação de marinheiros. Para mais esclarecimentos, conferir o Decreto de número 6.582, de 1º de agosto de 1907, a legislação vigente no período trabalhado, que está disponível para consulta no Portal da Câmara dos Deputados.

[...] Art. 13. Nas escolas primarias e ensino profissional constará: 1º, de noções elementares de aparelho de navio; 2º, da classificação dos navios, sua categoria; 3º, de obras de marinho; 4º, do conhecimento dos rumos da agulha.

Art. 14. Nas escolas primarias o ensino acessório constará de *exercícios de gymnastica, de escaleres a remos, de infantaria, de esgrima de bayoneta e espada, de natação e de jogos escolares ao ar livre, como o foot-ball e outros proprios para favorecer o desenvolvimento physico dos aprendizes* (BRASIL, 1907, p. 6567. Grifos nossos)⁸.

O currículo do ensino primário, profissional e acessório, segundo o regulamento que regia as unidades no período estudado, ou seja, o Decreto n. 6.582, de 1º de agosto de 1907, trouxe uma perspectiva diferente dos anteriores por exigir um conhecimento empírico e imprescindível na preparação para o ofício do marujo. Assim, aprofundava-se tanto para as atividades militares como para as navais, fruto, segundo Tarantini Freire (2014, p. 67), das inovações tecnológicas que exigiram especializações nunca antes pensadas nas marinhas. Desse ponto de vista, então, já não bastava conhecer conceitualmente toda a estrutura das embarcações navais, mas, sim, saber fazer uso delas de forma prática, pondo os aprendizes na ordem de mecânicos em formação.

Como descrito na lei, a formação dos aprendizes marinheiros passava pelo processo de ensino e aprendizagem técnica de um marujo: aquele que deveria entender das formas de navegar, o uso dos navios e sua manutenção e conhecimento, da arquitetura naval e os ajustes necessários dessas máquinas de navegar em caso de problemas nas embarcações. Somam-se a essas práticas educativas aquelas dedicadas ao corpo dos aprendizes, responsáveis por manter sua estrutura física saudável, rija e forte. Existiam dentre as matérias escolares aquelas responsáveis pelas habilidades corporais, que exigiam força e minuciosa disciplina particular. A exemplo, estavam as atividades de ginástica, esgrima de bayoneta, natação e atividades ao ar livre. A disciplina atravessava o processo e, claro, “não bastava apenas assegurar a saúde, era preciso munir o corpo dos marinheiros de força e educação higiênica” (SOARES JÚNIOR, 2019).

Desse modo, conforme Rozenilda Maria de Castro Silva (2017), estudiosa da Escola de Aprendizes Marinheiros do Piauí, a indicação é que

a finalidade do ensino profissional do aprendiz marinho, segundo a legislação de 1907, era a de uma formação para os diversos serviços da Marinha de Guerra Brasileira. E, para isso, além do aprendizado de marinharia, era necessário o estudo de ofícios que dessem conta da manutenção das embarcações, que se modernizavam no período (SILVA, 2017, p. 103-104).

⁸ Para maiores esclarecimentos, conferir o Decreto de número 6.582, de 1º de agosto de 1907, a legislação vigente no período trabalhado, que está disponível para consulta no Portal da Câmara dos Deputados.

Assim, utilizar os rumos das agulhas, fazer uso e reparos na artilharia, produzir costuras, alçar nós, coser e manusear aparelhos de navios, só para citar alguns conhecimentos exigidos pela legislação, foram atividades essenciais a serem incutidas durante toda a experiência nas unidades.

Para o domínio dos rumos de agulhas e da artilharia, era dever do aprendiz compreender aspectos diretamente relacionados à Rosa dos Ventos e especialidades bélicas. Entender o instrumento de orientação e suas funcionalidades os colocaria a par do uso das embarcações e seus rumos. A artilharia, por sua vez, “é a parte da arte militar que estuda a fabricação, a conservação e o emprego útil das armas e munições de guerra” (BARATA, 1935, p. 7). Assim, a tarefa do menor aprendiz era adquirir domínio sobre as nomenclaturas, classes, composições, reparos e características desse tipo de armamento utilizado na Marinha Brasileira, levando em consideração, por exemplo, as funcionalidades de canhões de tiro rápido, revólveres, metralhadoras no processo pedagógico.

No que diz respeito ao trabalho com costuras, o tipo de costura praticado nas Escolas de Aprendizes Marinheiros era direcionado à produção e manutenção das velas e emendas de cabos. A vela era um conjunto de panos de lona ou brim cosidos uns aos outros para formar o painel que era submetido à pressão do vento na navegação, enquanto que na costura de cabos o objetivo é emendá-los entre si. Para Rozenilda Silva (2017, p. 163), ao investigar as interpretações do segundo volume do “Livro do Aprendiz Marinheiro”, uma espécie de recurso didático utilizado por algumas unidades da rede, a importância deste conhecimento reside na ideia de que era nos nós e costuras que os cabos atendiam à sua função, que era prender-se e unir-se entre si, fixando-se na composição da própria embarcação e gerando segurança naval, sendo estes afazeres uma parte importante do ofício do mar.

Os nós, como já chamávamos atenção anteriormente, é o enlaçamento de cabos para segurar ou prender qualquer objeto. Os nós trabalhados com os aprendizes eram de tipos específicos, se considerarmos as informações impressas em materiais didáticos, tais como o “Livro de Aprendizes Marinheiro”, como por exemplo, o direito, o escota singelo e o torto. O nó direito foi considerado um dos mais fáceis de fazer e também dos mais seguros. O de escota singelo foi dito ser possuidor de muita segurança, com a grande vantagem de poder unir cabos iguais ou diferentes. O torto/cego possuía semelhanças com o direito, mas era diferente porque “as pernas do cabo ficam alternadas, uma em cada lado do seio do outro cabo” (REIS, 1947, p. 235). A ideia principal era de que todos estes nós fossem aplicados de forma adequada em

partes diferentes das embarcações com as quais tivessem contato direto, sendo essencial, portanto, um simulador para tais atividades.

Mas se todas as atividades exigiam numerosos recursos, era no último aspecto destacado que a Escola da Paraíba enfrentou sérios problemas, visto a precariedade e ausência de equipamentos apropriados ao manuseio de aparelhos de navio, a fim de cumprir a experiência do ofício. De acordo com Rozenilda Maria de Castro (2013), essas entidades, enquanto formadoras de profissionais para o mar, poderiam se instalar em navios, em terra ou de forma mista. Ao fazer um apanhado da situação de estalagem no Império, a autora indica que

das dezesseis Companhias existentes no Império, três estavam aquarteladas em navios: a do Amazonas, a do Pará e a de Santa Catarina; três residindo em terra e a bordo, com turmas que se alternavam: a de Pernambuco, a da Bahia e a do Espírito Santo; dez, em terra, carecendo de embarcações especiais para exercícios: a Companhia do Mato Grosso, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e da Corte (CASTRO, 2013, p. 124).

Na mudança para o período republicano, até o ano de 1912, no qual as fontes analisadas nos permitem chegar, não identificamos nenhuma modificação significativa nesta condição em relação à unidade da Paraíba, que se manteve somente em terra, sofrendo com a carência de embarcações para as práticas dos exercícios náuticos. Mediante a situação, a infelicidade de ocupar Tambaú também residia não só nas constantes moléstias que se abatiam sobre os corpos, mas na própria distância que a praia estava do porto mais próximo.

No transcorrer do documento, tornou-se recorrente a alegação da longínqua distância entre a Praia de Tambaú e o Porto de Cabedelo. Esse era um dos elementos que dificultavam o acesso dos aprendizes ao aparelhamento dos navios. Entre as numerosas comunicações que se intensificaram ao decorrer do ano de 1910, cujo comando negociava uma nova sede, visto a péssima experiência que se passava naquela praia dita “[...] cercada de maceió⁹ que são os germens das terríveis febres palustres” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1910), uma das justificativas da transposição para o então Antigo Quartel das Forças Policiais do Estado, localizado na Cidade Baixa, era a vizinhança com a Capitania dos Portos. Uma vez que o local possuía uma malha de embarcações, o interesse em questão era de que a proximidade permitisse aos menores o cumprimento do programa educacional proposto, já que no tocante

⁹ Hoje, conhecemos como pântanos.

ao ensino profissional, muitas vezes, deixaram de praticá-los por não disporem efetivamente dos aparelhos necessários ou verba suficiente para que fossem levados constantemente à baía, como sugere o Tenente Comandante ao Contra Almirante de Inspeção, em 1909:

[...] as aulas de aparelho de navio não poderão ser bem compreendidas pelos alunos por falta de um modelo de navio que poderiam ver de perto os diversos trabalhos, quanto os exercícios de escolares, cumprime declarar que durante a minha administração nenhuma foi feita por falta completa de embarcação para esse fim (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1909-1912).

Conforme foi descrito, a execução dos exercícios era diretamente impactada pela ausência completa de embarcações que pudessem servir de modelo ideal, pois a experiência com os aparelhos de navios dizia respeito a pô-lo “[...] em condições de navegar; preparar, aprontar e dispor tudo em ordem de partida” (REIS, 1947, p. 41), o que só se tornaria possível com, no mínimo, um simulacro. Neste sentido, o próprio currículo escolar era solapado, pois se o objetivo consistia em formar sujeitos plenamente úteis ao trabalho para a Marinha Nacional e conseqüentemente, aos interesses republicanos e patrióticos, a falta de uma educação profissional adequada poderia muito bem frustrar parte das expectativas presentes no imaginário militar em relação à escola, que deveria produzir, de forma física e intelectual, homens vigorosos para a honrosa carreira d’armada.

Doravante, a Escola da Paraíba empreendeu esforços na tentativa de adaptar aquilo que foi possível. Embora faltasse de tudo, de modelos de navios a ferramentas náuticas, não foi rara a busca por formas criativas de dar continuidade às atividades programadas, respeitando a realidade vigente. A exemplo disso, temos a seguinte situação, apresentada pelo Sr. Raul Quadros à Inspeção da Marinha, em dezembro de 1909:

[...] para melhor execução dos aprendizes sobre os diversos nomes da Marinha de Guerra, recorri ao excelentíssimo sr. Governador do estado para permitir que alguns aprendizes pratiquem nas machinas da Estrada de ferro que liga a cidade a escola, e devido não só a bôa atividade do Exel. Sr. Governador, como também os esforços deste commando empregando alguns aprendizes que já se acham praticando nas respectivas machinas sem prejuizo de outros exercícios, mostrando-se alguns bastante aproveitaveis (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1909-1912).

De acordo com o relato, o comando da instituição procurou autoridades competentes com intuito de obter autorização para o treinamento dos menores, mesmo em condições improvisadas, pois a escola se via carente de recursos materiais e econômicos para arcar com despesas na compra de uma embarcação, por exemplo. Nesse caso, em específico, o Sr. Raul Quadros tentou resolver duas situações: a primeira, em decorrência da ausência de espaços apropriados para os

exercícios físicos, fazendo com que no trabalho de construção e/ou manutenção da estrada de ferro, os aprendizes realizassem as atividades necessárias para controle físico do seu corpo e a conquista de forças por meio do trabalho pesado; a segunda, de caráter político, pois oferecer os préstimos ao poder público estadual de forma gratuita, pareceu ser uma forma de angariar prestígio, bem como, ajuda em caso de necessidade.

Evidências demonstram que havia uma forte valorização das práticas profissionais. As instituições fixas da Marinha observavam como prioridade para a entrada no Corpo Naval a instrução náutica, depois militar e, por último, elementar, correspondente ao “restante” (SILVA, 2017, p. 96) por entenderem que o principal conhecimento adquirido deveria ser o do ofício ao qual os menores se ocupariam no futuro se estivessem se dispostos a tornarem-se marinheiros. Pois, se sim, “a prática do aprendiz no ambiente marítimo se torna evidenciada, como necessidade formativa futura da sua profissão” (SILVA, 2017, p. 99). Desse modo, uma boa ciência das execuções e manuseios de ferramentas profissionais eram conhecimentos imprescindíveis para a formação adequada dos novos marujos.

Entretanto, ao que tudo indica, não foi somente a ausência de embarcações que se evidenciou como um desafio a ser contornado pela unidade. Outros exercícios do ensino acessório como natação, ginástica e esgrima de espada e baioneta esbarraram na falta de acessórios ou de condições sanitárias satisfatórias para sua prática. No mesmo relato enviado à Inspetoria em 1909, o comandante se queixou do uso de espadas de madeiras, adquiridas no mercado da capital e utilizadas como modelo para os treinamentos de esgrima pelos aprendizes, pois não haviam outras em melhor condição de material. A suspensão da natação em períodos chuvosos também fora uma estratégia adotada, pois se a praia de Tambaú se apresentava como um foco de variadas doenças típicas de ambientes tropicais, limitar alguns exercícios a certos períodos do ano se revelava como o método preventivo mais frutífero para o comando, à medida que perceberam a diminuição dos enfermos quando a medida foi adotada.

Em um último caso, também havia a falta de professores para ministrar as principais aulas dos aprendizes. Os oficiais nomeados e atuantes geralmente eram insuficientes para o contingente de turmas e atividades que deveriam praticar. Esta realidade era aprofundada por problemas estruturais da educação nacional que se refletiam na unidade, como a falta de preparo dos professores, a baixa remuneração, a ausência de instalações adequadas e a não homogeneização dos materiais didático-pedagógicos para o processo educativo.

O documento deixa claro ainda, ainda, que não foi incomum no cotidiano da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba a presença de oficiais professores com numerosas disciplinas, ocupando funções das quais não eram designados a cumprir, apenas pelo interesse de que os estudantes não fossem prejudicados em sua formação. Este é o caso do Tenente Immediato Mário de Avellar Nazareth, que em 1911 ministrava o ensino de Rumos de Agulha, Geografia e História do Brasil, por não haver na Escola oficiais preparados para estes papéis. É possível ver esse fato como mais uma evidência das carências que esta e outras agremiações enfrentaram desde sua fundação, mas que não tenderam a cessar ou receber grandes melhorias com a chegada de um novo século.

Portanto, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nos primeiros anos do século XX careceu de quase tudo: profissionais, investimento por parte dos poderes públicos, bem como, exigiu criatividade de seus gestores para manter o seu funcionamento. O tão sonhado edifício próprio passou a causar problemas maiores do que aqueles vividos no tempo em que o educandário funcionava em prédios alugados. Enquanto uma solução não chegava, coube aos copiões de ofício registrar todas as queixas que possivelmente tiravam o sono de marinheiros, professores, médicos, enfermeiros e aprendizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste texto, foi possível perceber que o prédio escolar descrevia a situação de funcionamento daquela instituição. À medida que um edifício que já nasceu doente tinha seus espaços deteriorados pela ação das chuvas, do sol e do tempo, o funcionamento interno também carecia de atenção. Foram dezenas os registros feitos pelos comandantes que dirigiam a escola denunciando as péssimas condições de estrutura física, a falta de higiene no entorno, a ausências de profissionais necessários à formação dos marinheiros, a carência de instrumentos e alimentos necessários à vida de uma escola que estava localizada longe da cidade. Todos estes pontos podem ser problematizados de forma particular, já que atravessam praticamente toda a experiência da unidade durante décadas de funcionamento, cabendo a pesquisas futuras torná-las frentes de investigação.

Quanto ao Livro Copiador de Ofício examinado, seus registros revelam que a arquitetura escolar foi encarada como parte do programa pedagógico, e por se mostrar falha, esforços eram empreendidos para efetivamente torná-la funcional. A substituição do espaço com a justificativa

de que não se poderia se criar viveiro de bons marinheiros em águas turvas e adoentadas demonstra o empenho da instituição em alcançar sua missão maior: tornar os corpos alcançáveis as tecnologias do poder, muito mais que a os vícios e a doença. O poder disciplinar tinha por interesse cada parcela da vida daquelas crianças, na busca por assegurar que a formação militar as tornasse sãs e virtuosas, logo qualquer ameaça a tal princípio deveria ser identificada e eliminada, impedindo que se desviassem de seu destino.

Por fim, o livro problematizado contém uma ordem discursiva que clamava por socorro. É mediante as diversas situações de apuros, recebida com paliativos que saravam as angústias institucionais apenas por tempo suficiente para que outro clamor fosse emitido, que o cotidiano educacional se constrói. A Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba ainda passaria por outros apuros, todos contidos em seu farto arquivo, cabendo aos historiadores e historiadores da educação a sensível tarefa de significar tais experiências que o tempo tratou de silenciar.

REFERÊNCIAS

BARATA, A. A. **Noções elementares de artilharia para aprendizes marinheiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1935.

BRASIL. **Decreto n. 6.582, de 1º de agosto de 1907**. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 3 set. 1907, p. 6567. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6582-1-agosto-1907-514091-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 26 dez. 2020.

CASTRO, R. **A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba**. Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

FRAGO, Antonio; V. ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: PM&A, 1998.

FERREIRA, C. T.; SOARES JÚNIOR, A. S. As falcatruas de um pintor que se passa por engenheiro: a construção do prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. In: **XIX Encontro Estadual de História da Paraíba: 25 a 27 de novembro de 2020 (Anais)**. João Pessoa: CCTA-UEPB, 2021, p. 483-489.

FREIRE, T. P. **Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIO. **Arquivo da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro, 1908-1912.

MEDEIROS, J.E. M. de; LUCAS, J. M. **Dicionário biográfico dos médicos da Paraíba**. João Pessoa: Grafique, 2014.

REIS, A. **Dicionário técnico de Marinha**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947.

RODRIGUES, W. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SANTOS, T. L. F.; SOARES JR., A. S. A Escola Aprendizes de Marinheiros da Paraíba: Fabricando o corpo-máquina para a salvação da criança desvalida (1910-1932). In: SOARES JUNIOR, Azemar do Santos; ANDRADE, Vivian Galdino de (org.). **A Escrita do Sensível: Experiência, História, Cultura e Práticas Educativas**. João Pessoa: Ideia, 2019. p. 51-68.

SANTOS, T. L. F. **A Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba e a fabricação de um corpo máquina para a salvação da criança desvalida (1895-1911)**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

SILVA, R. M. de C. **A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874-1915)**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.

SOARES JUNIOR, A. S. **Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

SOARES JUNIOR, A.; CURY, C. “Para formar o viveiro de bons marinheiros”: as Companhias de Aprendizes Marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871 – 1890). **Educação & Formação**, v. 4, n. 1, p. 112-130, 9 jan. 2019.

THE ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS OF PARAIBA AND EDUCATIONAL SPEECHES ABOUT A BUILDING WHICH WAS BORN SICK

ABSTRACT

This article aims to investigate how the materiality of the school space interfered in the educational practice of the Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba in the first years of the twentieth century. This institution expanded throughout Brazil still in the Empire with the task of training poor and destitute children in sailors. As a boarding school, it offered a disciplinary routine, providing elementary, nautical and physical education responsible for training the bodies of apprentices. Methodologically, we used the discourse analysis from Michel Foucault (2014) in order to understand the wills of truth contained in the writings about that school. To this end, we analyzed the Copier of Craft Book (1908-1912), which

contained complaints made by the school command about the lack of accommodation and a satisfactory environment for educational practices. We appropriated the categories of discipline by Michel Foucault (2018) and space-school by Agustín Escolano (1998), to understand the limitations of the school building and its location. It is concluded that the referred institution looked for ways to improve its facilities and adapted its teaching methods according to the current reality, aiming at the training of sailors in operation.
Keywords: Sailor Apprentice School. School building. Subject.

LA ESCUELA DE CIENTÍFICOS DEL APRENDIZAJE DE PARAIBA Y DISCURSOS EDUCATIVOS SOBRE UN EDIFICIO QUE NACIÓ ENFERMO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo investigar cómo la materialidad del espacio escolar interfirió en la práctica educativa de la Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba en los primeros años del siglo XX. Esta institución se expandió por todo Brasil aún en el Imperio con la tarea de formar marineros a niños pobres y desamparados. Como internado, ofrecía una rutina disciplinaria, impartiendo educación básica, náutica y física encargada de la formación de los cuerpos de aprendices. Metodológicamente, utilizamos el análisis del discurso de Michel Foucault (2014) para comprender las voluntades de verdad contenidas en los escritos sobre esa escuela. Para ello, se analizó el Libro Copiadora de Artesanía (1908-1912), que contenía denuncias del mando escolar sobre la falta de acomodaciones y un ambiente satisfactorio para las prácticas educativas. Nos apropiamos de las categorías de disciplina de Michel Foucault (2018) y escuela espacial de Agustín Escolano (1998), para comprender las limitaciones del edificio escolar y su ubicación. Se concluye que la referida institución buscó formas de mejorar sus instalaciones y adaptó sus métodos de enseñanza de acuerdo con la realidad actual, con el objetivo de la formación de los marineros en funcionamiento.

Palabras clave: Escuela de Aprendices de Marineros. Edificio escolar. Tema.

Submetido em: março de 2021.

Aprovado em: julho de 2021.

Publicado em: agosto de 2021.